AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
(art. 75, § 3º da Lei 14.133/2021[1])

DISPENSA Nº 49/2026
Processo Administrativo Disp n.º 49/2026

O Secretário de Educação, torna público, para conhecimento dos interessados, que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**, Estado da Paraíba, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua São José, 35 - Centro - CEP:58.698-000 - Cacimbas - PB, inscrita no CNPJ nº **01.612.686/0001-34**, realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA, CURADORIA CURRICULAR, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO EDUCACIONAL, REVISÃO, ORGANIZAÇÃO EDITORIAL, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E FECHAMENTO DE ARQUIVOS DIGITAIS FINAIS DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES E INSTRUMENTOS CURRICULARES/AVALIATIVOS, DESTINADOS À FUTURA IMPRESSÃO E UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACIMBAS/PB, podendo eventuais interessados apresentarem proposta de preço no prazo de 3 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

RETIRADA DESTE AVISO – O download deste Aviso está disponível gratuitamente no seguinte endereço eletrônico <**https:// cacimbas.pb.gov.br/**>

LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: ATÉ 01/07/2026 – 18h00min

AS PROPOSTAS E OS DEMAIS DOCUMENTOS EXIGIDOS NESSE EDITAL DEVEM SER ENVIADAS EXCLUSIVAMENTE NO EMAIL: licitacaocacimbas@gmail.com

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA, CURADORIA CURRICULAR, PRODUÇÃO DE

[1] § 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo serão preferencialmente precedidas de **divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

CONTEÚDO EDUCACIONAL, REVISÃO, ORGANIZAÇÃO EDITORIAL, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E FECHAMENTO DE ARQUIVOS DIGITAIS FINAIS DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES E INSTRUMENTOS CURRICULARES/AVALIATIVOS, DESTINADOS À FUTURA IMPRESSÃO E UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACIMBAS/PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A descrição dos itens a serem contratados encontra-se no **Anexo I – Termo de referência,** anexo a este Aviso de Contratação Direta.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente dispensa dar-se-á mediante envio de proposta de preços e documentos de habilitação para o endereço de e-mail licitacaocacimbas@gmail.com, depois de ter tomado conhecimento de todas condições de participação contidas nesse Aviso de Contratação Direta.

2.1.1 O e-mail enviado com os documentos necessários a participação, deverá conter as informações sobre o número da licitação e a identificação da empresa. Desta forma, facilitará a associação a que os mesmos se referem. Exemplo: DISPENSA Nº 000/2024 - RAZÃO SOCIAL DA EMPREZA - CNPJ: 00.000.000/0000-00.

2.2. O procedimento será divulgado, conforme art. 72, § 3º da Lei Federal 14.133/2021, no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de cacimbas - PB, no link <**https://cacimbas.pb.gov.br**>.

2.3. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.21 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.22 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.23 que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável

técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.3.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.1.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.24 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.25 sociedades cooperativas.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. DO ENVIO DA PROPOSTA

3.1. A interessada, após divulgação do Aviso de Contratação Direta, **deverá enviar, através do e-mail licitacaocacimbas@gmail.com** a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário limites para envio, contendo, ao menos, os seguintes quesitos:

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.3.1 A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3.2 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.5. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico e Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrada o prazo de envio de propostas de preços, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, a mesma será desclassificada no correspondente item/lote.

4.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.3.1. contiver vícios insanáveis;

4.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.4. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

4.4.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.4.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.6. Erros no preenchimento da planilha acarretarão desclassificação do item/lote ou até mesmo da proposta inteira se for o caso.

4.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.7. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.8. Fluído o prazo previsto no § 3º, do Art. 75º da Lei Federal nº 14.133/21, sem a apresentação de propostas adicionais a autoridade requisitante poderá justificadamente requerer a contratação da empresa que apresentou a melhor proposta na fase interna de pesquisa de preço

4.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

4.10 Transcorrido o prazo do edital, sem a apresentação de propostas adicionais a autoridade requisitante poderá justificadamente requerer a contratação da empresa que apresentou a melhor proposta na fase interna de levantamento mercadológico.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no **Termo de Referência** anexo deste aviso e serão enviados pelo fornecedor para o e-mail licitacaocacimbas@gmail.com, juntamente com sua proposta de preços.

5.2. **Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.**

5.2.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.3. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, verbal ou através de e-mail, telefone, whatsapp ou os meios oficiais, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

6.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

7.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

7.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

7.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

7.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante;

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. **Aviso de Dispensa de Licitação será divulgado no Sítio Eletrônico Oficial do Município**.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.1.1 republicar o presente aviso com novos prazos para recebimento de propostas.
8.1.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
8.1.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
8.1.4 As providências dos subitens 8.1.1 e 8.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.
8.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
8.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
8.6. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
8.7. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
8.8. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
8.8.1. ANEXO I – Termo de Referência;
8.8.2. ANEXO II – Minuta de contrato.
8.8.3. ANEXO III – Carta de Apresentação da Proposta

Cacimbas - PB, 26 de JUNHO de 2026.

DAVID NATAN FERREIRA DA SILVA
SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Escolha da proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA, CURADORIA CURRICULAR, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO EDUCACIONAL, REVISÃO, ORGANIZAÇÃO EDITORIAL, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E FECHAMENTO DE ARQUIVOS DIGITAIS FINAIS DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES E INSTRUMENTOS CURRICULARES/AVALIATIVOS, DESTINADOS À FUTURA IMPRESSÃO E UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACIMBAS/PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 Os itens, quantidades e estimativa da contratação:

ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	UND	VALOR UNIT	V.TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA, CURADORIA CURRICULAR, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO EDUCACIONAL, REVISÃO, ORGANIZAÇÃO EDITORIAL, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E FECHAMENTO DE ARQUIVOS DIGITAIS FINAIS DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES E INSTRUMENTOS CURRICULARES/AVALIATIVOS, DESTINADOS À FUTURA IMPRESSÃO E UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACIMBAS/PB	01	SERVIÇO	62.000,00	62.000,00
	TOTAL				62.000,00

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem fundamento com base no inciso II, art. 75 da Lei 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA, CURADORIA CURRICULAR, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO EDUCACIONAL, REVISÃO, ORGANIZAÇÃO EDITORIAL, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E FECHAMENTO DE ARQUIVOS DIGITAIS FINAIS DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES E INSTRUMENTOS CURRICULARES/AVALIATIVOS, DESTINADOS À FUTURA IMPRESSÃO E UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACIMBAS/PB.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Trata-se de bens/serviços que podem ser adquiridos/realizados mediantes dispensa de licitação, na forma do art. 75, II da Lei 14.133/2021.

4.2. Entende-se que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na legislação em vigor, bem como atende às necessidades da Prefeitura Municipal de Cacimbas/PB, no que tange às exigências.

5. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) gestor e por 1 (um) fiscal de contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021.

6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos artigos 141 a 146 da Lei 14.133/21, da seguinte maneira: o (os) pagamento (os) será(serão) em favor da (as) contratada (as) será efetuado até 30 (trinta) dias, mediante apresentação da nota (as) fiscal (ais), devidamente atestada.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o

prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributaria prevista na legislação aplicável.

6.9. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributaria quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, nos termos dos artigos 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.2. O critério de julgamento da proposta será o **menor preço GLOBAL**;

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da contratação será de **R$ 62.000,00 (SESSENTA E DOIS MIL REAIS)**

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2026, Recursos ordinários conforme a seguir: As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

DOTAÇÃO: 08.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - 12 361 1011 2014 QUOTA - SALÁRIO EDUCAÇÃO - 339030 - MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 1011 2021 MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL 30% - 339030 - MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 1011 2026 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - 339030 - MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 1011 2104 – MANTER A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – MDE 25% - 339030 - MATERIAL DE CONSUMO; 12 365

5000 5006 – MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB 30% - 339030 - MATERIAL DE CONSUMO.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 São obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços;

10.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato que será realizado pelo (a) servidor (a), designado para este fim, nos termos da Lei 14.133/2021, competindo-lhe tomar todas as providências, de modo assegurar que este seja executado de acordo com as cláusulas avençadas;

10.1.3. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

10.1.4. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

10.1.5. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

10.1.6. Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos artigos 115 a 123 da Lei 14.133/21.

10.1.7. Outras obrigações estabelecidas no contrato.

11. OBRIGAGÕES DA CONTRATADA

11.1 São obrigações da CONTRATADA:

11.1.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

11.1.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

11.1.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

11.1.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso,

apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

11.1.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

11.1.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

11.1.7. Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, sob pena da mesma multa aplicada pela infração administrativa de dar causa à inexecução total da contratação, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução da presente contratação, na forma estabelecida no Art. 50, da Lei 14.133/21.

11.1.8. Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos artigos 115 a 123 da Lei 14.133/21

11.1.9. Outras obrigações estabelecidas no contrato.

12. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO

12.1. **Habilitação Jurídica**:

12.1.1. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

12.1.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

12.1.3. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

12.1.4. No caso de Empresário Individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

12.1.5. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação pode ser condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/

12.1.6. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da

respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

12.2.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006

12.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

12.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

12.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

12.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas; caso reste declarado que ficam excluídos os processos no âmbito do processo judicial eletrônico-PJE, a licitante necessariamente também precisa apresentar a certidão de distribuição PJE falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial.

13. DOS PRAZOS E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/ENTREGA DOS PRODUTOS

13.1. O prazo do contrato será até 06 MESES, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021, na sede da Prefeitura Municipal.

14. DO REAJUSTAMENTO

14.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

14.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IPCA, tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

14.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do orçamento estimado.

14.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

14.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

14.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos veículos para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
I - advertência;
II - multa;
III - impedimento de licitar e contratar;
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.2. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.3. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.4. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Conceição, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.5. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

15.2.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.9. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.10. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.11. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. SECRETARIA RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

16.1. Secretaria Municipal de Educação

DAVID NATAN FERREIRA DA SILVA
SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO
(poderá haver alteração após o parecer jurídico)

DISPENSA Nº 49/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0049/2026

CONTRATO Nº: ..../.....

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS E ....., CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado **A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS**, Estado da Paraíba, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua São José, 35 - Centro - CEP:58.698-000 - Cacimbas - PB, inscrita no CNPJ (MF), sob o nº **01.612.686/0001-34**, representado neste ato pelo Chefe do Executivo Municipal, o Prefeito **NILTON DE ALMEIDA**, portador do CPF: 737.584.697-91 e RG: 2168721 SSP/SP, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ...., doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:
Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº 21/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:
O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA, CURADORIA CURRICULAR, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO EDUCACIONAL, REVISÃO, ORGANIZAÇÃO EDITORIAL, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E FECHAMENTO DE ARQUIVOS DIGITAIS FINAIS DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES E INSTRUMENTOS CURRICULARES/AVALIATIVOS, DESTINADOS À FUTURA IMPRESSÃO E UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACIMBAS/PB, **referente aos itens...**

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	P. UNIT.	P. TOTAL
				VALOR TOTAL	

O fornecimento ou serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº 021/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:
O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ ... (...).
Representado por: ... x R$ ... .

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:
Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:
As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:
DOTAÇÃO: As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:08.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - 12 361 1011 2014 QUOTA - SALÁRIO EDUCAÇÃO - 339030 - MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 1011 2021 MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENSINO FUNDAMENTAL 30% - 339030 - MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 1011 2026 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - 339030 - MATERIAL DE CONSUMO; 12 361 1011 2104 – MANTER A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL – MDE 25% - 339030 - MATERIAL DE CONSUMO; 12 365 5000 5006 – MANTER A EDUCAÇÃO INFANTIL – FUNDEB 30% - 339030 - MATERIAL DE CONSUMO..

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:
O prazo para prestação dos serviços do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão da Ordem de Serviço:
a - Início: 5 (cinco) dias.
A vigência do presente contrato será determinada: até 06 MESES, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado ou serviço, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido ou serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar

e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:
Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:
Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:
O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.
Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:
Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a

compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de

tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Teixeira.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.
Cacimbas - PB, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS

_____
____

_____
____

PELO CONTRATANTE

_____
____
.....

PELO CONTRATADO

_____
____
.....

ANEXO III

MODELO PROPOSTA DE PREÇO

REFERENTE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS - PB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA, CURADORIA CURRICULAR, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO EDUCACIONAL, REVISÃO, ORGANIZAÇÃO EDITORIAL, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO, NORMALIZAÇÃO E FECHAMENTO DE ARQUIVOS DIGITAIS FINAIS DE MATERIAIS DIDÁTICOS COMPLEMENTARES E INSTRUMENTOS CURRICULARES/AVALIATIVOS, DESTINADOS À FUTURA IMPRESSÃO E UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACIMBAS/PB.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,
Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	P.UNIT	P. TOTAL
TOTAL					

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R$
PRAZO DE ENTREGA:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:
Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: Este modelo é meramente ilustrativo, podendo a licitante usar modelo próprio, respeitando as informações solicitadas. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO IV
DETALHAMENTO TÉCNICO-PEDAGÓGICO, ESPECIFICAÇÕES EDITORIAIS E PRODUTOS DIGITAIS

1. Síntese técnica do objeto global

O presente anexo detalha a contratação global de serviços técnico-pedagógicos e editoriais para elaboração de materiais didáticos complementares, avaliações em rede e matriz curricular de priorização, destinados à futura impressão, reprodução ou utilização institucional pela Secretaria Municipal de Educação de Cacimbas/PB.

A solução deverá resultar em um conjunto integrado de arquivos digitais finais, concebidos como materiais de apoio ao trabalho pedagógico, com organização por habilidades, sequências didáticas, atividades graduadas, propostas de leitura, escrita, oralidade, numeracia, resolução de problemas, contextualização territorial, instrumentos de acompanhamento, avaliações e matrizes curriculares.

A contratada não realizará impressão, confecção física, acabamento, embalagem, transporte, entrega de exemplares ou distribuição nas unidades escolares. Sua obrigação limita-se à elaboração, revisão, diagramação, finalização técnica e entrega dos arquivos digitais aptos à impressão futura pela SEDUC Cacimbas.

2. Fundamentação pedagógica e referências técnicas

- Base Nacional Comum Curricular – BNCC: orientação das habilidades essenciais da Educação Básica, com foco nos anos iniciais, anos finais, alfabetização, língua portuguesa, matemática e práticas de linguagem.
- Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: fortalecimento de estratégias de alfabetização na idade certa e recomposição das aprendizagens nos anos iniciais, com monitoramento, materiais e formação articulados.
- Política de recomposição das aprendizagens do Ministério da Educação: uso de materiais didáticos e atividades para apoiar avaliação, mediação pedagógica, inclusão, diversidade e educação integral.
- Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD/FNDE: referência pública para a importância de obras didáticas, pedagógicas e literárias de qualidade, destinadas a estudantes e professores das escolas públicas.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e orientações de Educação do Campo: contextualização, respeito às identidades, territorialidades, memórias, saberes comunitários, cultura local e valorização da diversidade.
- Currículo Municipal de Cacimbas/PB e documentos orientadores internos da SEDUC: organização das habilidades, priorização trimestral, avaliação em rede e acompanhamento pedagógico.

3. Matriz dos materiais a serem elaborados

Código	Material	Público-alvo	Finalidade	Produto digital	Paginação estimada	Vínculo
M1	Caderno Complementar de Apoio à Alfabetização – 1º e 2º ano	Estudantes do 1º e 2º ano do ensino fundamental da rede municipal.	Apoiar a alfabetização inicial, consolidando consciência fonológica, princípio alfabético, leitura de palavras, frases e textos curtos, escrita orientada, vocabulário, compreensão, fluência leitora inicial e numeracia.	1 matriz editorial digital completa	96 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 100 páginas estimadas	Item 7 do Anexo II

Código	Material	Público-alvo	Finalidade	Produto digital	Paginação estimada	Vínculo
M2	Caderno Complementar de Apoio à Recomposição das Aprendizagens – 3º, 4º e 5º ano	Estudantes do 3º, 4º e/ou 5º ano do ensino fundamental da rede municipal.	Apoiar a recomposição de habilidades essenciais de leitura, interpretação, produção textual, ortografia, gramática contextualizada, fluência, operações, problemas matemáticos, grandezas, medidas, geometria, estatística e ciências humanas contextualizadas.	1 matriz editorial digital completa	112 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 116 páginas estimadas	Item 8 do Anexo II
M3	Caderno Complementar de Alfabetização Contextualizada – Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola	Estudantes dos anos iniciais atendidos em escolas do campo e/ou quilombolas, com foco em alfabetização.	Apoiar a alfabetização por meio de práticas de leitura e escrita contextualizadas ao território, à cultura local, à memória comunitária, aos saberes quilombolas, à vida no campo, ao vocabulário regional, à oralidade, às tradições e às experiências socioculturais dos estudantes.	1 matriz editorial digital completa	80 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 84 páginas estimadas	Item 9 do Anexo II
M4	Caderno Complementar de Recomposição Contextualizada – Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola	Estudantes dos anos iniciais atendidos em escolas do campo e/ou quilombolas, com foco em recomposição das aprendizagens.	Recompor aprendizagens essenciais com atividades contextualizadas em leitura, escrita, matemática, ciências, história, geografia, cultura, identidade, território, práticas comunitárias, meio ambiente, produção local e valorização dos saberes tradicionais.	1 matriz editorial digital completa	96 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 100 páginas estimadas	Item 10 do Anexo II
M5	Caderno Pedagógico Ciclo I – Alfabetização e Letramento Matemático – 1º e 2º anos – Recomposição das Aprendizagens	Estudantes e docentes do 1º e 2º ano do ensino fundamental.	Organizar atividades estruturadas de alfabetização e letramento matemático para recomposição das aprendizagens iniciais, com sequências graduadas, diagnóstico, intervenção, acompanhamento de leitura, escrita, consciência fonológica, princípio alfabético, numeracia, contagem, operações iniciais e resolução de problemas.	1 matriz editorial digital completa	120 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 124 páginas estimadas	Apoio aos Itens 7 e 8 do Anexo II
M6	Cadernos Pedagógicos Ciclo II – 3º, 4º e 5º anos – Língua Portuguesa e Matemática – Recomposição das Aprendizagens	Estudantes e docentes do 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental.	Disponibilizar cadernos integrados de Língua Portuguesa e Matemática para recomposição de habilidades essenciais, com foco em leitura, compreensão, produção textual, análise linguística contextualizada, operações, problemas, medidas, geometria, estatística, raciocínio lógico e avaliação formativa.	3 matrizes editoriais digitais completas	160 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 164 páginas estimadas	Apoio ao Item 8 do Anexo II

Código	Material	Público-alvo	Finalidade	Produto digital	Paginação estimada	Vínculo
M7	Cadernos Pedagógicos Anos Finais – Língua Portuguesa e Matemática – Recomposição das Aprendizagens	Estudantes e docentes dos anos finais do ensino fundamental.	Estruturar material de recomposição para Língua Portuguesa e Matemática nos anos finais, com retomada de habilidades basilares, leitura e interpretação de textos multimodais, produção textual, gramática em uso, números, álgebra, geometria, grandezas, medidas, estatística, resolução de problemas e preparação para avaliações diagnósticas e externas.	4 matrizes editoriais digitais completas	180 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 184 páginas estimadas	Apoio à recomposição e ao currículo municipal
M8	Avaliações em Rede a partir do Currículo Municipal para todos os anos/séries e componentes curriculares	Equipe técnica, gestores, coordenadores, docentes e estudantes avaliados conforme organização da SEDUC.	Elaborar instrumentos avaliativos alinhados ao currículo municipal, por ano/série e componente curricular, com matriz de referência, descritores/habilidades, cadernos de prova, cartões/respostas quando aplicável, orientações de aplicação, gabaritos, rubricas e matriz de análise de resultados.	4 conjuntos digitais completos de instrumentos.	Anos Iniciais – 23 questões por componente Anos Finais – 26 questões por componentes	Apoio à avaliação em rede e monitoramento curricular
M9	Matriz Curricular de Priorização por Trimestre para todos os anos/séries e componentes curriculares	Equipe técnica da SEDUC, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e docentes.	Elaborar matriz curricular de priorização trimestral por ano/série e componente curricular, com habilidades essenciais, objetivos de aprendizagem, sugestões de progressão, intervenções, recomposição, objetos de conhecimento, evidências de aprendizagem e relação com avaliações em rede.	1 documento técnico-curricular digital completo	A ser aprovada pelas coordenações gerais.	Apoio à gestão curricular e recomposição

Observação sobre quantitativos: como a presente demanda é exclusivamente de elaboração, os quantitativos acima correspondem a matrizes digitais, arquivos editoriais e paginação estimada. A definição de tiragem, número de exemplares, papel, impressão, acabamento, embalagem e distribuição será de competência da SEDUC Cacimbas, não integrando o objeto desta contratação.

4. Especificações editoriais e técnicas mínimas para os arquivos

Formato-base	Arquivos preparados preferencialmente em formato A4 fechado (210 x 297 mm), orientação retrato, salvo autorização expressa da Secretaria para formato especial. Prever sangria mínima de 3 mm e área de segurança interna mínima de 8 mm quando o arquivo for fechado para impressão.
Capa digital	Criação de capa, contracapa, lombada quando aplicável, ficha técnica e identificação institucional. Entrega em PDF para impressão e versão editável quando prevista.
Miolo digital	Diagramação do conteúdo com hierarquia visual, numeração de páginas, sumário, seções, boxes, ícones, espaços de resposta e elementos gráficos adequados ao público escolar.
Legibilidade	Fonte preferencial entre 11 e 14 pontos para estudantes dos anos iniciais; títulos hierarquizados; espaçamento adequado; contraste suficiente; margens compatíveis com escrita manual; campos de resposta com linhas ou boxes.

Arquivos finais	Entrega em PDF fechado para impressão, PDF de consulta institucional e arquivos editáveis quando definidos no instrumento de contratação. Os arquivos devem ser nomeados por código, título, versão e data.
Prova digital	Disponibilização de prova digital integral para validação da Secretaria antes do fechamento final. A prova digital deverá permitir conferência de conteúdo, paginação, capa, sumário, numeração e legibilidade.
Acessibilidade editorial	Observar legibilidade, contraste, organização visual, linguagem objetiva, elementos gráficos não excessivos e estrutura que favoreça uso pedagógico por estudantes e docentes.
Exclusão de serviços gráficos	Não haverá fornecimento de papel, impressão, acabamento, encadernação, embalagem, frete, entrega física ou distribuição de exemplares. As especificações gráficas têm apenas finalidade orientadora para futura impressão pela SEDUC.

5. Composição pedagógica mínima de cada material

- Apresentação institucional e objetivo pedagógico do material.
- Sumário e organização por unidades, sequências, blocos de habilidades ou trimestres.
- Matriz de habilidades ou objetivos de aprendizagem por bloco, ano/série, componente ou trimestre, conforme o material.
- Atividades graduadas por nível de complexidade, com progressão entre leitura, escrita, oralidade, numeracia, resolução de problemas e aplicação contextualizada.
- Textos curtos, gêneros textuais variados, situações-problema, atividades de sistematização, propostas de revisão e instrumentos de acompanhamento.
- Espaço para registro do estudante, respostas, autoavaliação, acompanhamento do professor e devolutivas, quando aplicável.
- Gabaritos, rubricas, orientações de correção, critérios de análise e matriz de resultados nos materiais avaliativos.
- Abordagem contextualizada à cultura local, território, campo, comunidades quilombolas, memória, identidade, ancestralidade, meio ambiente e práticas sociais de leitura e escrita, quando aplicável.
- Orientações docentes de uso, sugestões de rotina, intervenção, acompanhamento e registro de evidências.

6. Produtos finais esperados

- Plano editorial e pedagógico global dos materiais M1 a M9.
- Arquivos digitais finais revisados, diagramados e fechados para futura impressão pela SEDUC.
- Versão PDF institucional de consulta e arquivamento para cada produto.
- Arquivos editáveis quando previstos no instrumento de contratação.
- Relatório técnico de elaboração contendo títulos, estrutura, paginação estimada, versão dos arquivos e descrição dos produtos.
- Ficha técnica editorial de cada material, com indicação de formato, margens, fontes, paginação, padrão visual e orientações para impressão futura.
- Memorial de controle de versões e declaração de conformidade pedagógica e técnica.

7. Critérios de recebimento e aceite

- Conferência da entrega de todos os produtos M1 a M9 em formato digital.
- Conferência da conformidade pedagógica em relação ao currículo municipal, BNCC, CNCA e diretrizes de recomposição das aprendizagens.
- Verificação de integridade dos arquivos: abertura adequada, ausência de páginas em branco indevidas, duplicadas ou fora de ordem, capa correta, sumário coerente e numeração regular.

- Verificação de qualidade editorial: revisão textual, legibilidade, hierarquia visual, espaços de resposta, imagens ou elementos gráficos em resolução adequada e coerência entre materiais.
- Conferência da matriz de habilidades, gabaritos, rubricas e instrumentos de acompanhamento quando aplicáveis.
- Recebimento provisório no ato da entrega digital e recebimento definitivo após conferência técnica pela Secretaria.
- Obrigação de correção de falhas ou inconsistências no prazo indicado pela Administração, sem custo adicional.

8. Estimativa orçamentária global

Grupo	Descrição	Produto digital estimado	Páginas estimadas	Valor global referencial
M1	Caderno Complementar de Apoio à Alfabetização – 1º e 2º ano	1 matriz editorial digital completa	96 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 100 páginas estimadas	Incluído no valor global
M2	Caderno Complementar de Apoio à Recomposição das Aprendizagens – 3º, 4º e 5º ano	1 matriz editorial digital completa	112 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 116 páginas estimadas	Incluído no valor global
M3	Caderno Complementar de Alfabetização Contextualizada – Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola	1 matriz editorial digital completa	80 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 84 páginas estimadas	Incluído no valor global
M4	Caderno Complementar de Recomposição Contextualizada – Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola	1 matriz editorial digital completa	96 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 100 páginas estimadas	Incluído no valor global
M5	Caderno Pedagógico Ciclo I – Alfabetização e Letramento Matemático – 1º e 2º anos – Recomposição das Aprendizagens	1 matriz editorial digital completa	120 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 124 páginas estimadas	Incluído no valor global
M6	Cadernos Pedagógicos Ciclo II – 3º, 4º e 5º anos – Língua Portuguesa e Matemática – Recomposição das Aprendizagens	1 matriz editorial digital completa	160 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 164 páginas estimadas	Incluído no valor global
M7	Cadernos Pedagógicos Anos Finais – Língua Portuguesa e Matemática – Recomposição das Aprendizagens	1 matriz editorial digital completa	180 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 184 páginas estimadas	Incluído no valor global
M8	Avaliações em Rede a partir do Currículo Municipal para todos os anos/séries e componentes curriculares	1 conjunto digital completo de matrizes e instrumentos	Até 220 páginas estimadas, organizadas em cadernos, matrizes, orientações e gabaritos	Incluído no valor global
M9	Matriz Curricular de Priorização por Trimestre para todos os anos/séries e componentes curriculares	1 documento técnico-curricular digital completo	Até 180 páginas estimadas, com quadros por ano/série, componente e trimestre	Incluído no valor global
TOTAL	Contratação global/lote único	9 produtos digitais completos	Até 1.172 páginas estimadas	R$ 62.000,00

Nota técnica de estimativa: a estimativa considera padrões praticados no mercado técnico-pedagógico e editorial para elaboração de cadernos escolares, matrizes curriculares e instrumentos avaliativos, incluindo concepção pedagógica, autoria/curadoria, revisão, diagramação, projeto gráfico, prova digital, ajustes e fechamento de arquivos. O preço final deverá ser confirmado mediante pesquisa de preços formal, observadas as regras aplicáveis às contratações públicas. Não foram incluídos custos de impressão, papel, acabamento, embalagem, frete ou entrega física.

9. Itens do Anexo II atendidos pela solução

Item do Anexo II	Demanda pedagógica	Material/produto correspondente
7	Estratégias de materiais complementares de apoio à alfabetização para estudantes do 1º e 2º ano do ensino fundamental.	M1 e M5, com arquivos finais para futura impressão pela SEDUC.
8	Estratégias de materiais complementares de apoio à recomposição das aprendizagens para estudantes do 3º, 4º e/ou 5º ano do ensino fundamental.	M2, M5 e M6, com arquivos finais para futura impressão pela SEDUC.
9	Materiais complementares de apoio à alfabetização direcionados aos estudantes da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola dos anos iniciais.	M3, com contextualização territorial e cultural.
10	Materiais complementares de apoio à recomposição direcionados aos estudantes da Educação do Campo e da Educação Escolar Quilombola dos anos iniciais.	M4, com contextualização territorial e cultural.
Apoio curricular e avaliativo	Organização de avaliações em rede, priorização curricular trimestral e recomposição em anos finais, como instrumentos complementares de gestão pedagógica da SEDUC.	M7, M8 e M9, articulados ao currículo municipal e às estratégias de recomposição.

10. Requisitos específicos dos itens M5 a M9

M5. Caderno Pedagógico Ciclo I – Alfabetização e Letramento Matemático – 1º e 2º anos – Recomposição das Aprendizagens

Público-alvo	Estudantes e docentes do 1º e 2º ano do ensino fundamental.
Finalidade	Organizar atividades estruturadas de alfabetização e letramento matemático para recomposição das aprendizagens iniciais, com sequências graduadas, diagnóstico, intervenção, acompanhamento de leitura, escrita, consciência fonológica, princípio alfabético, numeracia, contagem, operações iniciais e resolução de problemas.
Produto digital	1 matriz editorial digital completa
Paginação estimada	120 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 124 páginas estimadas
Formato editorial	A4, orientação retrato, com capa, miolo, sumário, identificação institucional, paginação, ficha técnica e padronização visual compatível com os demais materiais.
Entregas obrigatórias	PDF fechado para impressão futura, PDF institucional para consulta, arquivo editável quando previsto, ficha técnica, controle de versão e relatório de elaboração.
Critérios de qualidade	Coerência curricular, progressão pedagógica, revisão textual, legibilidade, adequação ao público-alvo, alinhamento à BNCC/currículo municipal e consistência com os demais materiais M1 a M9.
Vínculo técnico	Apoio aos Itens 7 e 8 do Anexo II

M6. Cadernos Pedagógicos Ciclo II – 3º, 4º e 5º anos – Língua Portuguesa e Matemática – Recomposição das Aprendizagens

Público-alvo	Estudantes e docentes do 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental.
Finalidade	Disponibilizar cadernos integrados de Língua Portuguesa e Matemática para recomposição de habilidades essenciais, com foco em leitura, compreensão, produção textual, análise linguística contextualizada, operações, problemas, medidas, geometria, estatística, raciocínio lógico e avaliação formativa.

Produto digital	1 matriz editorial digital completa
Paginação estimada	160 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 164 páginas estimadas
Formato editorial	A4, orientação retrato, com capa, miolo, sumário, identificação institucional, paginação, ficha técnica e padronização visual compatível com os demais materiais.
Entregas obrigatórias	PDF fechado para impressão futura, PDF institucional para consulta, arquivo editável quando previsto, ficha técnica, controle de versão e relatório de elaboração.
Critérios de qualidade	Coerência curricular, progressão pedagógica, revisão textual, legibilidade, adequação ao público-alvo, alinhamento à BNCC/currículo municipal e consistência com os demais materiais M1 a M9.
Vínculo técnico	Apoio ao Item 8 do Anexo II

M7. Cadernos Pedagógicos Anos Finais – Língua Portuguesa e Matemática – Recomposição das Aprendizagens

Público-alvo	Estudantes e docentes dos anos finais do ensino fundamental.
Finalidade	Estruturar material de recomposição para Língua Portuguesa e Matemática nos anos finais, com retomada de habilidades basilares, leitura e interpretação de textos multimodais, produção textual, gramática em uso, números, álgebra, geometria, grandezas, medidas, estatística, resolução de problemas e preparação para avaliações diagnósticas e externas.
Produto digital	1 matriz editorial digital completa
Paginação estimada	180 páginas de miolo + 4 páginas de capa = 184 páginas estimadas
Formato editorial	A4, orientação retrato, com capa, miolo, sumário, identificação institucional, paginação, ficha técnica e padronização visual compatível com os demais materiais.
Entregas obrigatórias	PDF fechado para impressão futura, PDF institucional para consulta, arquivo editável quando previsto, ficha técnica, controle de versão e relatório de elaboração.
Critérios de qualidade	Coerência curricular, progressão pedagógica, revisão textual, legibilidade, adequação ao público-alvo, alinhamento à BNCC/currículo municipal e consistência com os demais materiais M1 a M9.
Vínculo técnico	Apoio à recomposição e ao currículo municipal

M8. Avaliações em Rede a partir do Currículo Municipal para todos os anos/séries e componentes curriculares

Público-alvo	Equipe técnica, gestores, coordenadores, docentes e estudantes avaliados conforme organização da SEDUC.
Finalidade	Elaborar instrumentos avaliativos alinhados ao currículo municipal, por ano/série e componente curricular, com matriz de referência, descritores/habilidades, cadernos de prova, cartões/respostas quando aplicável, orientações de aplicação, gabaritos, rubricas e matriz de análise de resultados.
Produto digital	1 conjunto digital completo de matrizes e instrumentos
Paginação estimada	Até 220 páginas estimadas, organizadas em cadernos, matrizes, orientações e gabaritos
Formato editorial	A4, orientação retrato, com capa, miolo, sumário, identificação institucional, paginação, ficha técnica e padronização visual compatível com os demais materiais.
Entregas obrigatórias	PDF fechado para impressão futura, PDF institucional para consulta, arquivo editável quando previsto, ficha técnica, controle de versão e relatório de elaboração.

Critérios de qualidade	Coerência curricular, progressão pedagógica, revisão textual, legibilidade, adequação ao público-alvo, alinhamento à BNCC/currículo municipal e consistência com os demais materiais M1 a M9.
Vínculo técnico	Apoio à avaliação em rede e monitoramento curricular

M9. Matriz Curricular de Priorização por Trimestre para todos os anos/séries e componentes curriculares

Público-alvo	Equipe técnica da SEDUC, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e docentes.
Finalidade	Elaborar matriz curricular de priorização trimestral por ano/série e componente curricular, com habilidades essenciais, objetivos de aprendizagem, sugestões de progressão, intervenções, recomposição, objetos de conhecimento, evidências de aprendizagem e relação com avaliações em rede.
Produto digital	1 documento técnico-curricular digital completo
Paginação estimada	Até 180 páginas estimadas, com quadros por ano/série, componente e trimestre
Formato editorial	A4, orientação retrato, com capa, miolo, sumário, identificação institucional, paginação, ficha técnica e padronização visual compatível com os demais materiais.
Entregas obrigatórias	PDF fechado para impressão futura, PDF institucional para consulta, arquivo editável quando previsto, ficha técnica, controle de versão e relatório de elaboração.
Critérios de qualidade	Coerência curricular, progressão pedagógica, revisão textual, legibilidade, adequação ao público-alvo, alinhamento à BNCC/currículo municipal e consistência com os demais materiais M1 a M9.
Vínculo técnico	Apoio à gestão curricular e recomposição

11. Referências orientadoras para elaboração técnica do anexo

- BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Brasília: MEC.
- BRASIL. Ministério da Educação. Materiais de apoio à recomposição das aprendizagens. Brasília: MEC.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. Brasília: FNDE.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- Referências técnico-editoriais de mercado: padrões usuais de elaboração de cadernos escolares, materiais apostilados, matrizes curriculares e instrumentos avaliativos, incluindo formato A4, prova digital, revisão, diagramação, fechamento de PDF para impressão e entrega de arquivos editáveis quando contratualmente prevista.